



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

075/2022 – Poc/Vbs/It/Jr

Cliente: Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial.

Assunto: Relatório dos auditores sobre os exames realizados nas demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20^{ANOS}

1 – Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros

Conselheiros, Diretores e demais Administradores da Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial.

Rio Grande - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Saldos Iniciais

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentadas de forma comparativa às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram examinadas por nós ou outros auditores independentes, para termos um conforto razoável realizamos um trabalho de conhecimento dos saldos e constatamos conforme o Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) que em 2021 tiveram lançamentos de R\$ 3.0 Milhões na conta de Reversão da baixa das contingências tributárias prováveis de perda.



Ênfase - Incerteza Relevante Relacionada a Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, 11 e Demonstrações de variações do Patrimônio Líquido, que indica que a Companhia apresenta passivo a descoberto acumulados de R\$ 9,1 milhões em suas operações. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial inicial de 2016 da Companhia tenha sido aprovado e Companhia frente ao cenário de mercado que se encontrava protocolou um pedido de aditamento do plano sendo o mesmo ainda aguardando aprovação, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a estes assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Recuperação Judicial: Notas explicativas nº 1.1

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia está em recuperação judicial desde 16 de dezembro de 2016 quando e foi deferido em 19/12/2016, conforme o processo número 5000021-98.2016.8.21.0023.

Embora muito impactada pelas dificuldades econômicas, mercadológicas e financeiras em razão do cenário macroeconômico brasileiro e, em particular, em razão de notório processo, ainda em curso, de deterioração dos setores de óleo e gás e de construção naval no País, o que há muito vêm inviabilizando a obtenção de novos recursos.

Destacamos que atualmente foi solicitado pela Companhia entrou com pedido de aditamento conforme descrito a seguir com teor extraído da solicitação: O presente “Laudo” foi elaborado pelo Grupo Ecovix para fins de emissão de parecer sobre a viabilidade econômico-financeira das alterações propostas pelo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial (“Aditivo”) das empresas do Grupo Ecovix, Ecovix Construções Oceânicas S.A – em recuperação judicial, RG Estaleiros S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG1 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG2 S.A. – em recuperação judicial, RG Estaleiro ERG3 Industrial S.A. – em recuperação judicial e Engevix Sistemas de Defesa Ltda. em recuperação judicial. O processamento e deferimento da Recuperação Judicial foi dado em 19 de Dezembro de 2016, por decisão da Juíza Fabiana Gaier Baldino, da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Rio Grande,



Estado do Rio Grande do Sul, processo nº 50000219820168210023, que nomeou como Administrador Judicial a Medeiros & Medeiros Administração Judicial Ltda.

O laudo foi redigido com base em informações públicas, estudos, análises de dados e projeções feitas pela companhia e por consultorias especializadas, tendo como objetivo proporcionar o conhecimento e informações necessárias a respeito de seu modelo de negócios, o que torna possível a verificação sobre a viabilidade econômico-financeira no contexto do Aditivo do Plano de Recuperação Judicial proposto, em consonância com a Lei 11.101/05.

A crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelo efeitos deletérios da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. No que diz respeito ao segmento em que atuam as Recuperadas, 2020 ficou ainda marcado pelo anúncio da Petrobras das medidas de contenção de custos de sua operação, tais como hibernação de diversas plataformas, corte em sua produção diária e a redução de seu capital de investimentos. Dessa forma, a tão esperada recuperação ou retomada da indústria de construção naval não se consumou até os dias de hoje, em boa parte por conta de uma decisão estratégica da Petrobras de redirecionar suas principais contratações neste segmento para grandes afretadores internacionais.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento do Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juiz a fim de compreender os impactos nas demonstrações contábeis;
- Reuniões periódicas com a Administração da Companhia para acompanhamento;
- Acompanhamento da movimentação de valores do Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial com as demonstrações contábeis;
- Avaliação quanto a preparação e divulgação efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação às regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Outros Assuntos

- Auditoria de ano anterior

As demonstrações contábeis da **Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2021, não foram auditadas por nós ou outros auditores independentes, efetuamos um trabalho com escopo menor de reconhecimento razoável dos saldos de 2020 sem emissão de relatório de opinião, em virtude disso ressalvamos os saldos iniciais em 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



DAVI & CORRÊA

AUDITORES INDEPENDENTES

20
ANOS

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 22 de março de 2022.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S
CRC - RS 3.797
Pedro Osório Correa
Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2021.

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.045	27.893
Adiantamentos à fornecedores		-	(22)
Tributos a compensar	5	113	102
Outros ativos		-	6
		4.158	27.979
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Conta corrente entre empresas	6	1.993	1.993
Dividendos Pagos Antec.	7	45.164	43.174
		47.157	45.167
Permanente			
Investimentos		-	-
Imobilizado		-	-
Intangível		-	-
		-	-
Total do ativo		51.315	73.146

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	8	337	120
Obrigações tributarias	9	51	362
Adiantamento de clientes		-	-
Parcelamento de tributos		-	65
		388	547
Não Circulante			
Exigível a longo prazo			
Obrigações tributarias	9	46	-
Conta corrente entre empresas	6	55.133	79.298
Provisão para contingências	10	4.874	1.711
		60.053	81.009
Patrimônio Líquido			
	11		
Capital social		2.000	10
Prejuízos/Lucros acumulados		(11.439)	(8.425)
Resultado do exercício		313	5
		(9.126)	(8.410)
Total do passivo		51.315	73.146

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta de serviços prestados		-	-
Impostos incidentes s/receitas		-	-
Receita operacional líquida		<u>-</u>	<u>-</u>
Custos operacionais		-	-
Lucro Bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas administrativas	12	(76)	(25)
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(76)</u>	<u>(25)</u>
Receitas financeiras	13	461	30
Despesas financeiras	14	(24)	-
Outras receitas e outras despesas		-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>361</u>	<u>5</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	(48)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15		
Lucro líquido do exercício		<u>313</u>	<u>5</u>

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2021
(Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	313	5
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>313</u></u>	<u><u>5</u></u>

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021

(Valores em Milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.000</u>	<u>(1.990)</u>	<u>(8.425)</u>	<u>(8.415)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	5	5
Ajustes de exercícios anteriores (retorno para dividendos antecipados)	-	1.990	-	1.990
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>(8.420)</u>	<u>(6.420)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	313	313
Reversão da baixa das contingências tributárias prováveis de perda	-	-	(3.019)	(3.019)
Saldos em 31 de dezembro 2021	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>(11.126)</u>	<u>(9.126)</u>

Engevix Sistemas de Defesa Ltda. Em recuperação judicial
CNPJ: 17.633.309/0001-11

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021
 (Valores em Milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	313	5
Variações dos ativos operacionais		
Adiantamentos à fornecedores	(22)	22
Tributos a compensar	(11)	-
Outros ativos	6	(4)
Conta corrente entre empresas	-	2.207
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	217	(62)
Obrigações fiscais	(331)	-
Adiantamentos de clientes	-	-
Provisão para contingências	3.164	804
Conta corrente entre empresas	<u>(24.165)</u>	<u>25.726</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>(20.829)</u>	<u>28.698</u>
Caixa proveniente das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Reversão da baixa das contingências tributárias prováveis de perda	<u>(3.019)</u>	<u>(807)</u>
Caixa proveniente das atividades de financiamento	<u>(3.019)</u>	<u>(807)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.848)</u>	<u>27.891</u>
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	27.893	2
No final do exercício	4.045	27.893
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.848)</u>	<u>27.891</u>

1. Contexto operacional

1.1 Objeto operacional

A Engevix Sistemas de Defesa Ltda. – Em recuperação judicial (“Companhia”), foi constituída como uma controlada da Nova Participações S/A, em 20 de fevereiro de 2013, com sede em Barueri, estado de São Paulo, sob forma de sociedade limitada. A Companhia tem como objeto social a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação de serviços, visando à produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos estratégicos de defesa no Brasil, incluindo importação, vendas e revendas quando integradas às atividades industriais supracitadas.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integralmente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia junto ao Grupo Ecovix, ajuizou pedido de recuperação judicial na 2ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, sob o nº 002114-08.2016.8.21.0023. O pedido foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2016, sendo que o Plano de Recuperação Judicial foi protocolado nos autos em 17 de fevereiro de 2017. Na data de 17.08.2018, o Juízo homologou o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia e concedeu a Recuperação Judicial.

No dia 12 de novembro de 2019, as empresas do Grupo Nova Participações, incluindo o Grupo Ecovix, firmaram Acordo de Leniência com a Controladoria Geral da União – CGU e a Advocacia Geral da União – AGU, com base na Lei nº 12.846/2013 e legislação correlata. A celebração do Acordo de Leniência constitui importante passo na consecução de novos negócios, imprescindíveis à reestruturação financeira das recuperandas e cumprimento das obrigações oriundas da Recuperação Judicial.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são reconhecidos pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas dos CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está sujeita no curso normal dos negócios aos processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental e societária, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidas contra a Companhia poderão ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais políticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na Companhia e suas empresas controladas para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

b) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

c) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS – a Companhia adota estrutura conceitual do CPC / IFRS. Mas suas alterações, como ainda não são efetivas, não foram adotadas.

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está representado por:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco conta movimento	20	3
Aplicações financeiras (i)	<u>4.025</u>	<u>27.890</u>
	<u>4.045</u>	<u>27.893</u>

(i) As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Tributos a compensar

Os tributos a compensar referem-se ao imposto de renda retido dos rendimentos de aplicação financeira.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IR e CS a Compensar	<u>113</u>	<u>102</u>
	<u>113</u>	<u>102</u>

6. Conta corrente entre empresas

Os principais saldos de ativos e passivos, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com empresas do mesmo grupo de controle de partes relacionadas, como segue:

Ativo	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Nova Participações S.A. (ii)	<u>1.993</u>	<u>1.993</u>
	<u>1.993</u>	<u>1.993</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>1.993</u>	<u>1.993</u>

Passivo	2021	2020
Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A (i)	380	380
Ecovix Construções Oceânicas S.A. (i)	54.753	78.918
	55.133	79.298
Circulante	-	-
Não circulante	55.133	79.298

- (i) Empresa do mesmo grupo econômico; e
(ii) Controladora direta.

7. Dividendos pagos antecipadamente

Referem-se aos valores pagos antecipadamente a título de dividendos à controladora Nova Participações S/A.

	2021	2020
Nova Participações S.A.	45.164	45.164
	45.164	45.164

8. Fornecedores

Os saldos são representados por credores habilitados na recuperação judicial da Companhia.

	2021	2020
Fornecedores nacionais	337	120
	337	120

9. Obrigações tributárias

	2021	2020
Pis e COFINS	22	277
IRPJ E CSLL	29	-
INSS	-	57
CSRF Retido	-	28
Parcelamento impostos federais (i)	46	-
	97	362
Circulante	51	362
Não circulante	46	-

- (i) Parcelamento da multa por atraso na entrega da escrituração contábil fiscal (ECF).

10. Provisão para contingências

A Companhia reconheceu em suas Demonstrações Financeiras um passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 4.874, relacionado a reclamações tributárias e trabalhistas, com perspectiva de perda e consequente futuro desembolso de caixa considerados como prováveis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2021	2020
Contingências tributárias	4.151	-
Contingências trabalhistas	723	415
Contingências civil	-	1.296
	4.874	1.711

Em 31 de dezembro de 2021 não existiam ainda processos judiciais na área tributária, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de probabilidade de perda possível para a Companhia.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021, subscrito e integralizado, é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 de ações, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada ação.

12. Despesas administrativas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com materiais	(8)	-
Despesas com tributos e taxas	(6)	-
Perdas de créditos	(102)	-
Outras despesas gerais (i)	(53)	(25)
Provisão de contingências	93	-
	<u>(76)</u>	<u>(25)</u>

(i) Multa por atraso na entrega da ECF e custas processuais.

13. Receitas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	483	31
Pis e COFINS s/. receita financeira	(22)	(1)
	<u>461</u>	<u>30</u>

14. Despesas financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tarifas bancárias	(1)	-
IOF	(23)	-
	<u>(24)</u>	<u>-</u>

15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro/Prejuízo Antes dos Impostos	265	5
Adições		
Demais despesas não dedutíveis	48	-
Exclusões		
Provisões não dedutíveis	(123)	-
Lucro real antes da compensação de prejuízos fiscais	<u>190</u>	<u>5</u>
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL	57	-
Lucro Real depois da Compensação de Prejuízos Fiscais	<u>133</u>	<u>5</u>
Alíquota Nominal Combinada do Impostos de Renda e Contribuição Social - %	34%	34%
Impostos de Renda e Contribuição Social Correntes	<u>32</u>	<u>1</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social	-	-
Despesas Não Dedutíveis Na Apuração do Lucro Tributável	-	-
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>-</u>	<u>-</u>

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de

sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

16. Eventos subsequentes

Conforme estudo de viabilidade econômico-financeira de maio/21, a crise do Grupo Ecovix, de modo resumido, decorre de diversos fatores, dentre eles as sucessivas crises econômicas-financeiras do setor de óleo e gás ocorridas na última década. Além disso, em 2020, a crise foi pronunciada pelos efeitos prejudiciais da pandemia da COVID-19, que afetou todo o setor produtivo globalmente, em especial no Brasil. E, que após a vacina houve uma minimização dos casos, mas ainda existem riscos potenciais.

Além dos fatores citados acima, em 2020 a maior companhia petrolífera do Brasil anunciou medidas de contenção de custos em suas operações, onde reduziu seu capital de investimentos e por uma decisão estratégica redirecionou as suas principais construções navais para grandes empresas internacionais.

Diante de tais aspectos, o Grupo Ecovix vem buscando alternativas, adequando seu plano de negócios para atividades que possam auxiliar efetivamente no seu progresso, readequando suas operações as novas condições de mercado. Dentre essas alternativas, estão: Atividades de Natureza Portuária e Logística, Atividades de Construção Naval e Construção Industrial.

Ainda sobre a readequação de novos negócios, especificamente sobre as Atividades de Natureza Portuária, tal projeto está em andamento com custos incorridos em 2021 no valor aproximado de R\$ 1,5 milhões e com expectativa de investimentos no CAPEX em 2022 na ordem de R\$ 1,5 milhões. Com previsão de início das operações em maio/2022.

Barueri, 25 de fevereiro de 2022.

Robson Augusto Passos
Diretor

Tuany Caroliny Costa
Contadora
CRC SC 041736O 8 SP